

## COMISSÃO DE CULTURA

### PROJETO DE LEI Nº 1.820, DE 2022

Tipifica como crime a conduta de plagiar ou comercializar trabalho acadêmico.

**Autora:** Deputada CARLA ZAMBELLI

**Relator:** Deputado MERSINHO LUCENA

#### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.820, de 2022, de autoria da Deputada Carla Zambelli, pretende alterar o art. 184 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar como crime a conduta de plagiar ou comercializar trabalho acadêmico.

A tramitação dá-se conforme o art. 151, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), estando sujeita à apreciação do Plenário. Cabe à Comissão de Cultura a apreciação de mérito e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) o exame da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa, nos termos do art. 54, do RICD, bem como a análise de mérito.

É o relatório.

#### II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei em análise tem o meritório e oportuno intuito de tipificar como crime a conduta de plagiar ou comercializar trabalho acadêmico.



Concordamos com a autora deste Projeto de Lei, Deputada Carla Zambelli, em sua justificação, ao mencionar que:

*“Mister se faz que este Parlamento enfrente a realidade que o plágio é uma realidade no mundo acadêmico, sobretudo por conta da difusão científica proporcionada pela internet e pela falta de planejamento de alunos durante a pesquisa, o que provocou, inclusive, as universidades brasileiras a criarem comitês de integridade acadêmica e códigos de conduta”.*

Entendemos que o plágio e a comercialização de trabalhos acadêmicos representam grave violação dos direitos autorais, ao envolverem a apropriação indevida do trabalho intelectual alheio. Tal prática, além de antiética, contribuiu para prejudicar a confiabilidade dos sistemas de avaliação educacional. Ademais, a reiteração dessas condutas tende a desencorajar novas pesquisas e desestimular a produção científica.

Por fim, sugerimos o aprimoramento dessa proposição para tipificar como conduta criminosa a divulgação ou a publicação de trabalhos plagiados, no intuito de reforçar e valorizar os direitos do autor e a comunidade acadêmica.

Pelos motivos expostos, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.820, de 2022, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2023.

Deputado MERSINHO LUCENA  
Relator

2023-9435



**COMISSÃO DE CULTURA****SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.820, DE 2022**

Tipifica como crime a conduta de plagiar ou comercializar trabalho acadêmico.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 184 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 184. ....

.....

§ 5º Na mesma pena do caput incorre quem, com intuito de lucro direto ou indireto, plagia ou comercializa trabalho acadêmico, salvo quando estiver prestando o serviço de revisão linguística, e das normas da ABNT, por aquele que sabe que os referidos trabalhos foram produzidos de maneira fraudulenta ou encontram-se viciados por plágio.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em        de        de 2023.

Deputado MERSINHO LUCENA  
Relator

2023-9435

